COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 7.251, DE 2010

Estabelece a dedutibilidade das doações a escolas públicas de ensino fundamental e médio para fins de apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e dá outras providências

Autor: Deputado SANDRO MABEL

Relator: Deputado GASTÃO VIEIRA

I - RELATÓRIO

O projeto de Lei em análise, de autoria do nobre Deputado Sandro Mabel, visa estabelecer a dedutibilidade no imposto de renda, das doações a escolas públicas de ensino fundamental e médio .

A tramitação dá-se conforme o disposto no art.24,II do Regimento Interno das Câmara dos Deputados.

A apreciação é conclusiva por parte desta Comissão de Educação e Cultura.

Cumpridos os procedimentos e esgotados os prazos, não foram apresentadas emendas à proposição.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Torna-se cada vez mais urgente a busca por fontes alternativas de financiamento da Educação básica pública. O novo Plano Nacional de Educação-PNE, cuja discussão se inicia nesta Casa, terá entre seus desafios o desenvolvimento de recursos humanos que atuam na educação e o aparelhamento tecnológico da escola, além da aquisição de material escolar de qualidade – categorias previstas na proposta em tela.

Como esclarece o nobre autor, que foi relator da Reforma Tributária, não haverá diminuição da arrecadação, uma vez que são mantidos os limites de dedução atualmente existentes – 1,5% do lucro operacional da empresa doadora. A diferença é que, além das escolas privadas incluídas nas categorias previstas no art.213 da Constituição Federal e que atualmente se beneficiam, nos termos da Lei nº 9.249/95, poderão ser beneficiárias também as escolas públicas, na medida em que sejam “adotadas” por pessoas jurídicas. Concretiza-se, assim, a ideia contida no art. 205 da Carta Magna, segundo o qual a Educação será promovida e incentivada **com a colaboração da sociedade**.

Aspectos fiscais e operacionais serão objeto de consideração oportunamente, por parte da Douta Comissão de Finanças e Tributação.

Em relação ao mérito educacional, entendo que a proposição pode fortalecer a escola pública e voto favoravelmente ao Projeto de Lei nº 7.251, de 2010.

Sala da Comissão, em de abril de 2011.

Deputado GASTÃO VIEIRA
Relator